

WAGNER SANT'ANNA FIGUEIREDO

**AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA E URBANA NO
RIO DE JANEIRO:
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA.**

RIO DE JANEIRO
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA E URBANA NO
RIO DE JANEIRO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA.

Wagner Sant'Anna Figueiredo

Monografia apresentada à Escola de Educação
da UNIRIO, para a obtenção do Grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Professora Orientadora: VALERIA CRISTINA LOPES WILKE

RIO DE JANEIRO

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II
PROFESSORA: LÍGIA MARTHA COIMBRA DA COSTA COELHO

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROFESSOR Dr. PIETRO NOVELLINO

DECANO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROFESSOR Dr. LUIS EDUARDO MARQUES DA SILVA

DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
PROFESSORA Dra. MARIA AMÉLIA GOMES DE SOUZA REIS

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
PROFESSORA Dra. CARMEN DIOLINDA SANCHES SAMPAIO

ORIENTADORA
PROFESSORA Ms. VALÉRIA CRISTINA LOPES WILKE

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos os amigos que me ajudaram de uma forma ou de outra na composição dessa obra, em especial à professora Valéria Cristina Lopes Wilke, por ter aceitado me orientar, e à professora Ângela Maria Martins por ter aceitado ser a leitora, e às duas mulheres que tiveram uma grande importância, não só na minha formação acadêmica como também no restante da minha vida: minha mãe, Laura S. Figueiredo e minha namorada, Érika de Santana. Obrigado, sem vocês tudo seria mais difícil!

Não posso deixar de lembrar no meu rol de agradecimentos as seguintes pessoas, que me acompanharam no meu ativismo político na universidade: agradeço ao ex-aluno da UNIRIO e agora advogado Felipe Brito e ao advogado militante da Anistia Internacional, André de Paula. Juntos ou em situações isoladas, eles sempre me salvaram de situações complicadas.

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra monográfica a todos os meus amigos e companheiros que auxiliaram na minha caminhada acadêmica pela UNIRIO.

No momento não falarei de nomes de indivíduos porque certamente cometeria a injustiça de esquecer alguém, sem falar do risco de não haver espaço nesta página para tantas pessoas. Por isso vou me ater a dedicar minha maior obra escrita, até o momento, aos coletivos que me ajudaram, não apenas na produção desta pesquisa acadêmica, mas também na minha segurança física e psíquica. Já estive em situações em que a existência de um grupo organizado, baseado no apoio mútuo, forneceu, por diversas vezes, as condições para que a minha integridade física e psicológica fosse mantida. Em várias ocasiões tive medo de acabar como um Sem Teto, dormindo na sarjeta, nas praças. Esse histórico não é incomum entre as pessoas que resistem ao sistema, inclusive por uma vez pensei em suicídio. Quase que o sistema me venceu. Cabe aqui uma homenagem aos indivíduos que “enlouqueceram” por não suportarem atrocidades e as pressões de todos os tipos que a sociedade nos impõe.

Depois do comentário acima acredito ter explicado o motivo de ter dedicado esta monografia aos seguintes grupos: Círculos de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), Coletivo Libertário Ativista Voluntariado de Estudos (CLAVE), Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), Centro de Mídia Independente (CMI), Tv- Pínel, Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos, Biblioteca Social Fábio Luz, Grupo de Estudos Sobre Ecologia Social e aos diversos companheiros libertários que encontrei no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, onde tive uma passagem muito rápida, mas que sem dúvida foi para mim muito marcante.

Resumo

Esta pesquisa monográfica busca expor a como a Educação Ambiental é realizada na Agricultura Familiar Urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Mediante uma pesquisa, procura-se apresentar e compreender a Educação Ambiental dentro do contexto não-formal. O campo de observação desse estudo foi uma fazenda agro-ecológica, localizada no município do Rio de Janeiro, assessorada por uma Organização Não Governamental (ONG) especializada em divulgar as tecnologias alternativas para agricultura familiar e conta com um projeto comunitário de mutirão de hortas situado na região metropolitana do Rio de Janeiro, baseado em um grupo de amigos. Trago à tona as causas da crise da agricultura familiar no Brasil. Dentre essas causas dou uma atenção maior à subordinação ao mercado com a sua dinâmica do pensar homogêneo, e à falta de uma alternativa tecnológica estruturalmente sustentável, adequada às especificidades do Brasil. Para tanto, foram necessários apresentar a explicitação do conceito de ecologia com que trabalhei, um histórico da Educação Ambiental e os males causados ao planeta pela visão científica antropocêntrica, característica da sociedade moderna. No decorrer dessa monografia procurei demonstrar a cruel concentração de renda que o capitalismo gera nos países em desenvolvimento, com ênfase no Brasil e como isso tende a piorar com a implantação Organismos Geneticamente Modificados. Em oposição a isso aponto a prática agro-ecológica como uma alternativa plausível e sustentável.

A liberdade, o bem estar, o futuro de um montanhês perdido nas gargantas dos Alpinos não dependem somente do estado de bem-estar ou de miséria no qual se encontram os habitantes de seu vilarejo, nem das condições gerais do povo italiano, mas dependem também do estado dos trabalhos na América ou na Austrália, da descoberta que faz um cientista sueco, das condições morais e materiais dos chineses, da guerra ou da paz que se faz na África, em suma, de todas as circunstâncias, grandes ou pequenas, que , num ponto qualquer do mundo, agem no ser humano.

Errico Malatesta

SUMÁRIO

Introdução	01
I – Histórico da Educação Ambiental e Conceituação	08
II – Como a Educação Ambiental vem trabalhando a agricultura urbana?	14
II.I – As causas da crise da agricultura familiar	16
III – O grande negócio.....	19
IV – A face oculta do capitalismo na agricultura.....	23
V – As tecnologias alternativas ensinadas como instrumento de construção da autonomia das comunidades	30
5.1 – Agricultura Familiar Ecológica e Urbana na construção da autonomia das comunidades.....	33
5.2 – A educação ambiental acontecendo cotidianamente	37
5.3 – Quais as perspectivas para uma Agricultura Familiar Ecológica?.....	39
VI – Considerações finais	40
VII – Bibliografia	43
VIII – Anexos.....	44

INTRODUÇÃO

Acredito ser necessário fazer algumas observações sobre este trabalho acadêmico. Tentarei acrescentar parte do que vivenciei no meu tempo de ativismo político, na minha infância hiperativa, na minha adolescência e nos meus anos de desemprego.

Sempre tive ódio visceral pelo sistema em que nossa sociedade se sustenta; antes mesmo de saber o que é luta de classes, já sabia que o mundo era baseado em injustiças. Talvez por isso tenha me transformado em um adulto um pouco 'problemático'. Claro que o fato de eu ser filho único de mãe solteira e portadora de uma psicose, influenciou no meu comportamento como pessoa e na minha escolha por fazer Pedagogia.

Além destes aspectos, a indignação em relação à concentração de renda nesse pedaço de mundo chamado de Brasil também influenciou não só essa investigação, mas todos os meus trabalhos acadêmicos. Quando iniciei minhas reflexões acerca do assunto a ser pesquisado, tinha a idéia de que gostaria que fosse algo que desse uma contribuição modesta para o questionamento do tema escolhido – a Educação Ambiental –, que discutisse certos conceitos solidificados na sociedade e que viesse mostrar ainda iniciativas que podem ser alternativas agrícolas ao capitalismo desenfreado. Porém, a escolha do que iria estudar veio somente no ano de 2002, já no meu 10º período de faculdade.

Estranho, não é? Como um universitário escolhe o tema da monografia no 10º período da faculdade? A minha noção de tempo sempre foi diferente da maioria das pessoas. Só porque não me enquadrei no esquema padrão da grade curricular, não significa que não tenha produzido nada.

No meu currículo oculto tenho as mais diversas experiências e muitas delas produzidas nos meus anos de graduação; certamente a maioria delas eu as tive fora da sala de aula, pois, naquele momento, estava preocupado com a prática e só vim me preocupar com a teoria algum tempo depois e quando chegou o meu momento.

Tive uma boa atuação nos movimentos populares, apesar de meus problemas pessoais (confesso que no início o ativismo tomou a forma de uma espécie de terapia). Por isso quando estava no processo de escrita, resolvi colocar esta experiência, pelo menos em parte, no meu trabalho final de curso.

Para demonstrar como foi importante essa dinâmica para a minha formação, posso falar da minha experiência com o movimento estudantil. Durante minha caminhada acadêmica mantive contato com estudantes de diversos cursos como Biologia , Letras , Ciências Sociais e outros . Desse modo fiz relações com o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), localizado na UFRRJ¹, e lá tive o meu primeiro contato com a Agricultura Familiar.

Acredito ser necessário apontar a maior dificuldade que tive na pesquisa monográfica. Foi na verdade a mesma dificuldade acadêmica que me acompanhou durante toda a minha graduação. Durante o curso, não conseguia entender porque toda forma de produção científica é baseada no modelo cartesiano de produção do conhecimento. Em meados de minha graduação, graças à professora Liana Ocampo, comecei a perceber que eu era o único aluno da Pedagogia que não era cartesiano. Somente vi o quanto essa informação seria determinante, quando comecei a investigar o meu tema . Não pretendo demonstrar com essa observação que eu seja melhor do que as minhas colegas e os meus colegas de faculdade.

Não conseguia entender, por exemplo, porque devemos começar do mais simples para o mais difícil. Nunca entendi como no processo de alfabetização a professora parte do mais fácil. Quem diz que a criança acha difícil? Isso é muito subjetivo.

Há dois tipos de conhecimento ou dois tipos de consciências, os quais ao longo da história aceitamos como propriedades comuns da mente humana. São usualmente denominados de método racional e método intuitivo. O pensamento racional é linear. Ele analisa, discrimina, mede e classifica. O segundo acha-se baseado em uma experiência direta e tende a ser sintetizador e não-linear. O primeiro é do domínio do intelectual e o segundo é do não-intelectual. (CAPRA, 1988). Para melhor se entender o pensamento racionalista basta recordar Descartes, que o sintetizou com a seguinte máxima “Penso logo existo”. Em decorrência disso, ao longo das gerações seguintes, os ocidentais instrumentalizaram suas personalidades somente com o racional deixando de lado o intuitivo, impedindo o equilíbrio.

Como afirma Capra:

"Veremos que os efeitos dessa divisão entre mente e corpo são sentidos em toda nossa cultura. Na medida em que nos retiramos para nossas mentes,

¹ UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

esquecemos dos como 'pensar' com os nossos corpos, de que modo usá-los como agentes do conhecimento. Assim fazendo, também nos desligamos do nosso meio ambiente natural e esquecemos como comungar e cooperar com sua rica variedade de organismos vivos.

A divisão de espírito e matéria levou à concepção do universo como um sistema mecânico que consiste em objetos separados, os quais por sua vez, foram reduzidos a seus componentes materiais fundamentais, cujas propriedades e interações, acredita-se, determinam completamente todos os fenômenos naturais. Essa concepção cartesiana da natureza foi, além disso, estendida aos organismos vivos, considerados máquinas constituídas de peças separadas." (CAPRA, 1990, p. 37).

O que me propus foi fazer questionamentos sobre alguns valores que fundamentam a sociedade moderna, durante o meu curso, e tentei aplicar essa prática na relação acadêmica. Certamente por não pensar de maneira racionalista e por não conhecer um método diferente do cartesiano, tive muita dificuldade e por isso atrasou um pouco o término de minha graduação.

Só vi a necessidade de entender o método cartesiano, quando percebi que seria necessário compreendê-lo para compreender como funciona qualquer instituição: Igreja, escola, universidade, empresa e o próprio Estado.

Entender não só o método cartesiano, mas a conceituação da realidade como uma máquina ao invés de um organismo vivo, pois, com o surgimento da ciência newtoniana se solidificou, percepção da natureza como um sistema mecânico que podia ser manipulado. É extremamente importante para um aluno que não é cartesiano entender como funciona o método e assim compreender como funciona o mundo acadêmico. Entretanto, definitivamente para mim a sociedade não é uma máquina e os processos da vida não são lineares

Estudar a natureza com uma perspectiva antropocêntrica é um erro que advém do pensamento de que tudo que não é humano é manipulável, porém sei que é impossível manipular algo sem se correr o risco de ser manipulado. Definitivamente para mim a natureza não é uma máquina e também seus processos da vida não são lineares

Um estudo do tema Educação Ambiental nos mostra que há certamente uma grande quantidade de matizes. Em 2001, tive o meu primeiro contato com a agricultura ecológica, onde foi possível aplicar e vivenciar parte do que aprendi na faculdade, relacionando-a com a prática ecológica. Apesar de já ter tido uma breve experiência no

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de me interessar por ecologia, não havia feito ainda essa ponte. Esse contato se deu na medida em que minhas pesquisas sobre a relação das comunidades com os educadores foram se aprofundando. A princípio, não tinha a intenção de descrever a experiência educativa ecológica, pois nesse momento não era claro para mim que toda a situação onde o ser humano aprende é educação. A partir do momento em que tive esta clareza, vi que podia pensar em descrever, neste trabalho, como o meio ambiente se torna um espaço de aprendizado.

Um dos obstáculos do desenvolvimento da educação ambiental nas escolas é a descontinuidade dos cursos de capacitação dos professores. É necessário dizer que o texto constitucional de 1988 (art. 225, item V) expressa o direito de todos os cidadãos ao meio ambiente equilibrado, estabelecendo o vínculo entre a qualidade ambiental e a conscientização. Entretanto, só em 1996, a Secretaria de Educação Fundamental do MEC divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – visando um referencial para o trabalho docente, e incluiu a Educação Ambiental como um dos temas transversais às disciplinas do currículo.

Contudo, esta monografia não tem como objetivo analisar a Educação Ambiental no âmbito escolar. Até porque se isso fosse feito, daria outro rumo ao estudo aqui apresentado. O que vem a ser o descrito por essa investigação é o que é chamado de educação não-formal. Entende-se academicamente como não-formal o que se trabalha normalmente em comunidades e não está atrelado às formalidades como: currículos pré-estabelecidos, certificados, por exemplo. Na educação não-formal o currículo, o planejamento, os prazos e a avaliação são dinâmicos e flexíveis.

Quanto à formação do educador que trabalha com meio ambiente, pude observar nos dois projetos a que tive acesso aprofundado, fora outros que tive contatos em momentos específicos e de maneira bem rápida, que o educador é quase sempre autodidata. Ou seja, ele busca bibliografia sobre o tema, aprende empiricamente e, às vezes, há quem faça cursos esporádicos; mesmo assim ainda considero um processo autodidata, porque é o próprio educador quem faz a sua grade curricular.²

² O autodidatismo é considerado uma característica comum nessa área da educação. Apesar de haver alguns cursos de Pós- Graduação sobre o assunto, a predominância nesse tipo de projeto é de pessoas que se formaram na prática. Até os profissionais com nível superior normalmente buscam seu conhecimento por meios próprios

Há importância em fazer um breve comentário sobre um evento que aconteceu paralelamente ao maior encontro sobre ecologia da história, a Conferência da ONU, em 1992. Esse encontro paralelo ficou conhecido como “Fórum Global” e teve tanto peso ou mais do que a reunião oficial. Ele congregou cerca de dez mil representantes de Organizações Não Governamentais (ONG’s), oriundas das mais variadas localidades do mundo e dos mais diferentes e variados campos de trabalho. Devido à repercussão desse fórum é que houve o grande *boom* das ONG’s no Brasil.

A partir da conferência da ONU, afirmou-se a discussão da Educação Ambiental relacionada ao Desenvolvimento Sustentável. É relevante considerarmos que esse termo vem sendo disputado por diversos olhares, sejam eles neoliberais, liberais progressistas, socialistas e outras interpretações.

Dentre esses olhares escolhi um que foi um dos norteadores de minha pesquisa monográfica. Em espanhol, a palavra para desenvolvimento é *desarrollo*³. Nós, usuários da língua portuguesa, associamos à “tirar a rolha”. O que seria esta ação? Deixar fluir. Então, desenvolvimento sustentável seria deixar o conhecimento fluir. Justamente aí entra a Educação Ambiental, pois ela pode ajudar a ‘deixar fluir’ o conhecimento sobre o manuseio dos recursos naturais, considerando que boa parte desses recursos não é renovável.

Alguns teóricos acreditam que ela possa ajudar aos donos das indústrias a não agredir o meio ambiente, e esta não agressão, por motivos de *marketing*, é lucrativa para as grandes empresas. Neste sentido, a Educação Ambiental, utilizada assim, mantém as relações ainda presas ao capital. Mas, se tivermos como perspectiva a idéia do desenvolvimento enquanto ação de deixar fluir o conhecimento e difundi-lo de maneira para que todos tenham acesso a ele, ganhamos a possibilidade de conviver na natureza, sabendo que ninguém é dono dela e que nós fazemos parte dela como qualquer outro ser vivo.

Nota-se que o conceito de desenvolvimento definido aqui é completamente diferente do conceito apresentado pelo capital. Neste último, há uma somatória de sofismas

³ O termo foi usado numa palestra organizada pelo Coletivo de Estudos Libertários, em Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 2002, na Escola Estadual Barão do Rio Branco, pelo palestrante Robledo Mendes.

visando o lucro de uma classe em detrimento de outra. O desenvolvimento descrito nesta monografia pressupõe uma quebra gradual de hierarquias sociais.

No rol das muitas influências na minha escolha deste tema, posso apresentar um pequeno trecho de um documento que veio parar nas minhas mãos por ocasião da morte índio Pataxó Galdino, ainda no meu 4º período de Faculdade.

"Não compreendemos a sabedoria de vocês, não entendemos uma sabedoria que destrói a mata, polui os rios, mata os peixes. Não compreendemos uma sabedoria que abandona os velhos, que maltrata suas mulheres e crianças. Não compreendemos a ânsia de do homem branco em dominar seu irmão, a natureza e as forças do universo. Todo esse poder, todas as armas, por outro lado, não têm feito de vocês um povo feliz. Muitas das doenças, muitas dores que seus sábios não podem curar, sabemos o remédio. Muitas pragas nas plantações de vocês, nossa sabedoria poderá resolver" (Trecho da carta de *Princípios da Sabedoria Indígena*, aprovada no Encontro Nacional de Pajés, que reuniu representantes dos povos Carajás, Xavantes, Caritianas, Pataxós, Terenas e Suruis)

Esta obra está organizada em cinco capítulos. No primeiro deles há um histórico da Educação Ambiental, como ela surgiu no mundo, quais os conceitos que perpassam por ela, qual o seu principal fundamento. Para isso foi necessário descrever quais foram os principais acontecimentos que culminaram na elaboração de um pensamento educacional voltado para a natureza: o surgimento de uma atitude influenciada por comportamentos históricos e filosóficos que acredita que o progresso não seja sinônimo de poluição e sim de responsabilidade. Nesse histórico indico os principais encontros da área ambiental, inclusive a conferência que ficou conhecida como o maior evento sobre a questão ambiental no planeta, a ECO 92.

No segundo capítulo descrevo como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada dentro da agricultura urbana no Rio de Janeiro. Para isso comento o trabalho de uma organização Não Governamental especializada em fomentar técnicas de agroecologia em comunidades pobres. Também comento sobre problemas da agricultura familiar, a crise porque ela passa e aponto o que alguns especialistas acreditam ser parte da solução dessa crise: o investimento em tecnologias baratas e de fácil acesso.

No terceiro capítulo exponho como a agricultura tornou-se um espaço de disputa de dois modelos econômicos distintos: um é baseado na monocultura, necessariamente mecanizada, tem como maior objetivo o lucro e sua principal característica é a

concentração de renda; o outro baseia se em relações que já existiam muito antes do surgimento do capitalismo. Comento quais as conseqüências de cada um deles na sociedade e quais as vantagens ou desvantagens.

No quarto capítulo tive a oportunidade de expor como as relações capitalistas se estabelecem de maneira cruel na agricultura. Procuro demonstrar a maneira sutil como que as empresas, no passado chamadas de multinacionais e agora denominadas de transnacionais, construíram a relação de dependência de seus produtos no "combate" a todas as mazelas da agricultura. Saliento também que os mesmos argumentos que defendiam a utilização dos agrotóxicos agora defendem aos Organismos Geneticamente Modificados. Ainda apresento as conseqüências que a tecnologia genética poderá estabelecer.

Já no quinto e último capítulo aponto como as tecnologias alternativas podem contribuir para a construção da autonomia das comunidades. Utilizei como exemplo dessa possibilidade duas experiências onde são trabalhadas as idéias de agricultura ecológica : a primeira é a de uma fazenda urbana agroecológica localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, que é assessorada por uma Organização não governamental especializada em transmitir técnicas ecológicas para pequenos agricultores; e a segunda é o projeto de mutirão agroecológico, baseado nos conceitos de grupos montados por afinidade e apoio mútuo que acontece na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para a exposição descrita acima foi necessária uma conceituação do que é agricultura é ecológica e de algumas das técnicas que ela desenvolve. Nesse capítulo apresento esses projetos como uma forma de educação que acontece de uma forma pratica e simples diariamente.

I – HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONCEITUAÇÃO

O esforço de redirecionar as capacidades humanas, visando a reintegração da sociedade ao meio ambiente surgiu dos problemas enfrentados pela sociedade moderna a partir do deslocamento do ser humano ocidental da natureza de onde ele tinha consciência que fazia parte até o século XVII com o desenvolvimento da ciência, da técnica e da racionalidade modernas. Uma das conseqüências históricas foi que, em algum momento, o homem e a mulher ocidentais esqueceram que faziam parte da natureza e tomaram para si o título de 'Donos' do planeta.

No que diz respeito a este espaço de convivência comum a todos nós, a Educação Ambiental pode ser trabalhada no micro social, em casa, na rua, no bairro, no município, ou numa região mais abrangente. Pode também trabalhar com temas que estejam ligados ao macro social, ou seja, com situações longínquas da realidade local, mas que dizem respeito à sobrevivência da espécie humana. Uma educação que leve em conta o meio ambiente pode ser um instrumento muito importante para uma futura tomada de consciência de nossa sociedade do seu estado cada vez mais tão caótico, tanto no sentido ecológico como também no sentido de convívio entre as pessoas. Todos os problemas ambientais são de origem social (BOOKCHIN, 1986, p. 17). Considerando que toda ação na sociedade é social, não há como discutir ecologia sem passar pela relação que nós temos com o econômico. A Educação Ambiental se trabalhada com uma perspectiva comunitária⁴ pode ser um processo no qual o indivíduo e a coletividade tomam ciência do seu lugar e da condição em que vivem, a partir da reflexão ativa e responsável, com vistas à melhoria do seu habitat.

Faz-se necessário levantar um histórico de como começou esse processo educacional para contextualizarmos quais são os fatores atuantes nele.

Apesar de se dar grande ênfase, neste histórico, aos fatos oficiais, como é o caso dos encontros internacionais promovidos pela ONU ou pela UNESCO, é preciso não perder de vista que conferências desse nível são o resultado de muita discussão e pressão externa feitas por entidades representativas da sociedade civil organizada. São saídas

⁴ Quando uma empresa trabalha com uma campanha ecológica está acima de tudo, visando o lucro advindo da divulgação da sua imagem no mercado. Muitas vezes, os fatos divulgados são manipulados para valorizar a empresa. Sem falar que o termo Educação Ambiental vem sendo disputado por liberais, progressistas socialistas, dentre outros. Quero dizer com isso que a Educação Ambiental também pode ser alienante, depende do projeto pedagógico.

“politicamente corretas” para aliviar as tensões das cobranças dos movimentos sociais, das Organizações Não Governamentais e de acontecimentos preocupantes. Segundo Carvalho (2001, p. 26), afirmar o contrário ou omitir esse fato seria uma tentativa de ludibriar a veracidade dos acontecimentos.

A chamada consciência ambiental tem como marco político o caldo cultural surgido nos anos 60 do século XX. Naquela época, começaram a se organizar os conceitos críticos ao papel dos seres humanos na sociedade de consumo. A questão da luta contra a degradação do planeta sofreu influências da luta pelos direitos humanos do povo negro nos EUA, do movimento feminista e do movimento hippie, que se baseava numa contracultura.

Não houve exatamente um fator determinante que tenha deflagrado o nascimento da Educação Ambiental, houve, sim, um conjunto de conhecimentos que foram interpondo-se e se afirmando como válidos e que tinham em comum a ameaça à existência humana.

Desde a realização da Conferência da Biosfera na Cidade de Paris, no mesmo ano do levante estudantil conhecido como Maio de 68, até a mais famosa conferência sobre o assunto, a UNCED, mais conhecida como Rio-92 ou ECO-92, a Educação Ambiental recebeu várias contribuições teóricas e continua recebendo até os dias de hoje.

Um esboço de educação partindo do meio ambiente foi construído pela primeira vez na reunião de Paris, em setembro de 1968. Nesta ocasião, discutiu-se que tipo de políticas os governos poderiam fomentar, como seria a fiscalização e quais seriam as conseqüências dessas políticas na sociedade.

No espírito dos ideais manifestados na Conferência da Biosfera, foi organizado um novo encontro no ano de 1972, em Estocolmo. Novamente os estadistas discutiram os temas sugeridos em Paris (1968), que giraram em torno de como a população e os governos deveriam conciliar as demandas do capitalismo às necessidades humanas. Em Estocolmo, o encontro foi ampliado em número de participantes e de ONG's (Organizações Não Governamentais).

Houve nessa época o fortalecimento dos organismos internacionais, como a OMS (Organização Mundial de Saúde), a FAO (Organização para Alimento e Agricultura das

Nações Unidas), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outras. Estas instituições têm grande influência na maioria das políticas implantadas pelos governos do mundo e, certamente, no Estado brasileiro também. A Conferência da Suécia (Estocolmo) ressaltou a importância de introduzir a dimensão ambiental na educação. Não há dúvidas de que foi nesse encontro que o esboço elaborado em Paris tomou corpo e vida, assumindo uma estrutura interdisciplinar.

Surgiram da conferência da Organização das Nações Unidas, em Estocolmo, três documentos de extrema importância para os pesquisadores da área, ainda que com suas limitações. São eles: a *Declaração sobre o Ambiente Humano*, o *Plano de Ação Mundial* e o *Relatório Brundtla*, traduzido para o português com o nome de *Nosso Futuro Comum*. O ponto de união dos três documentos é a argumentação de que o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que nasceu nessa conferência, é incompatível com o sistema capitalista, pois este seria um dos maiores causadores da chamada crise ambiental.

Sem dúvida, a reunião em Estocolmo foi a mais divulgada até aquele momento, porém, esteve presente nela um forte conteúdo antropocentrista que reforçou os princípios de dominação do homem sobre o meio ambiente.

Depois de Estocolmo, aconteceram outros eventos internacionais. Para que seja possível visualizar o caminho histórico da Educação Ambiental, comentaremos alguns deles .

Em 1975, realizou-se o Encontro de Belgrado, na Iugoslávia, promovido pela UNESCO. Dele saíram dois documentos referentes à *Carta de Belgrado*, que trata da postura ética necessária para usufruir os recursos naturais de maneira sensata, para que todos tenham acesso à qualidade de vida.

Um outro referencial histórico importante para a Educação Ambiental foi a Conferência de Chosica acontecida no Peru, em 1976. Ela é tida como um marco para o desenvolvimento da Educação Ecológica, apesar de no Brasil ela ter tido pouca repercussão. Esta conferência tem o mérito de ter analisado essencialmente os problemas condizentes à realidade dos latino-americanos, portanto, mais próximos ao contexto brasileiro do que as conferências anteriores.

Em Chosica, alertou-se para o fato de que a Educação Ambiental tem de levar em conta a situação dos países subdesenvolvidos, especificando os problemas e apontando suas soluções.

Nessa conferência se estabeleceu um consenso de que a Educação Ambiental pode ser inserida nas mais diferentes situações, podendo contribuir para a solução de maneira simples dos problemas cotidianos relacionados à sobrevivência humana.

Um ano após a conferência de Chosica, em 1977, aconteceu a de Tbilisi, na Geórgia, URSS, onde foi possível reafirmar o que foi tirado como pressupostos de uma Educação preocupada com o meio ambiente no nível internacional. A escolha dessa localidade não foi, obviamente, uma mera coincidência, pois iniciava-se nesse país uma série de aberturas orientadas pela *Glasnost* e pela *Perestroika*, onde se intensificavam as discussões de quais seriam as saídas para questões como desarmamento, desrespeito aos direitos humanos e agressões à natureza. Esses questionamentos surgiram, nesse país, da insatisfação popular com o regime burocrático e centralista (Carvalho, 2002, p. 32). Decorrente de um pretense socialismo rigidamente fechado a outras visões de mundo.

Organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela UNESCO, a Conferência de Tbilisi conseguiu organizar uma série de pressupostos e diretrizes que propiciam uma ação educativa que leva em conta a relação do ser humano com a natureza (de onde ele faz parte), insistindo na importância da cooperação nos diversos níveis – locais, regionais e internacional –, e também na inclusão do pensamento ambiental nos projetos de desenvolvimento.

Dentre os princípios solidificados em Tbilisi, que fundamentam a Educação Ambiental, podemos apresentar alguns:

Universidade – todos têm direito à Educação Ambiental, porque ela trata da mais essencial de todas as necessidades: a vida.

Ambiente como totalidade – é indispensável entender que o ambiente é complexo e interativo, onde há elementos físicos, biológicos e sociais.

Enfoque de resolução de problemas – a Educação Ambiental deve estruturar atividades em torno dos problemas presentes na comunidade, ajudando indivíduos e grupos

sócias a adquirirem os conhecimentos importantes para compreendê-los e as habilidades necessárias para resolvê-los. Pensar e agir local e globalmente.

Participação – a Educação Ambiental deve proporcionar, não só aos indivíduos, como também e principalmente, aos grupos sociais a oportunidade de participarem, responsável e eficazmente, na prevenção e na solução de problemas ambientais e na gestão da qualidade de vida.

Os documentos brasileiros sobre a Educação Ambiental adotam os princípios consagrados pela Conferência de Tbilisi:

"A principal função de trabalhar com o tema meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global." (Parâmetros Curriculares. Meio Ambiente e Saúde. Brasília, 1997. MEC, p.29)

Em Tbilisi foi possível vislumbrar as diversas correntes existentes dentro da Educação Ambiental. Houve propostas inovadoras como o questionamento dos currículos dos programas de ensino de Educação Ambiental, que a problematizou de maneira que ela deixasse de ser uma disciplina pura e simplesmente, recomendando-se uma visão interdisciplinar.

A dimensão das possibilidades dos resultados obtidos nessa reunião criou a perspectiva de metas realizáveis a longo prazo, ampliando interesse nas áreas fora da Biologia, como a política, a ética, a economia e a cultura.

Porém, em certos aspectos, houve um reforço dos conceitos que desconsideravam os males causados pelos países industrializados aos não-industrializados. O desenvolvimento foi associado ao aumento da produtividade como sinônimo de uma imediata qualidade de vida. Do mesmo modo, houve, mais tarde, uma utilização desse pensamento no discurso da "Nova Ordem Mundial" (LOUREIRO, 1996, p.34).

As idéias geradas nestas conferências e em outros eventos menores, mas não menos importantes, culminaram na ECO-92, o maior encontro acontecido no planeta na área ambientalista, onde foi reservado um grande espaço para Educação Ambiental. A chamada *Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* reuniu 175

países e recebeu nessa ocasião o título de “Cúpula da Terra”. A escolha da cidade do Rio de Janeiro foi estratégica, porque as relações Norte-Sul na política mundial adquiriram grande importância após o término da Guerra Fria. Na medida em que o Brasil sempre foi considerado uma potência entre os países do hemisfério Sul e como havia também, nessa parte do planeta, uma busca por um modelo de desenvolvimento que levasse em conta as necessidades relativas à sobrevivência da humanidade e que preconizasse equilíbrio nas relações de uso dos recursos naturais, O Brasil foi escolhido como a sede desta conferência.

A discussão do que seria o Desenvolvimento Sustentável em grande escala começou na ECO-92, como pode ser comprovado nos principais documentos surgidos dela, a *Carta da Terra*, assinada por todos os países presentes, com exceção dos Estados Unidos, e a *Agenda 21*. A Conferência das Nações Unidas de 1992, diferente da de Estocolmo, preconizou discutir saídas ecologicamente viáveis para os problemas comuns a todos os países. Isso foi possível graças a uma série de compromissos e acordos.

Houve um período estacionário da Educação Ambiental no Brasil desde a realização da Conferência de Tbilisi. A retomada dessa forma de educar ocorreu com a Rio-92. Sem dúvida, o maior compromisso já assumido nessa área foi a *Agenda 21*, onde foram criadas estratégias para a superação das agressões ambientais. Entretanto, no âmbito nacional, a implantação dele tem sido lenta e gradual, mesmo havendo pressões de organizações não governamentais e de entidades da sociedade civil organizada, inclusive o que pode se chamar de desdobramento do documento já citado: as ‘Agendas 21’ locais. Acredita-se que a efetivação delas seja a melhor maneira de concretizar os objetivos buscando estratégias de modo conjunto com os moradores das localidades, e não simplesmente de uma maneira piramidal (de cima para baixo). O planejamento realizado com a população é característico de um processo participativo.

II – COMO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL VEM TRABALHANDO A AGRICULTURA URBANA?

Com essa pergunta cheguei à Organização não Governamental Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS – PTA). Para entender o que é esta ONG, é necessário compreender a trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento (APD). É importante ter como referencial o recorte do andamento institucional e a evolução da terminologia usada na designação dos programas e organizações.

Em março de 1983, ela surgiu atendendo a uma demanda o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), que estava provisoriamente instalado em uma ONG especializada em educação popular, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), fundada em 1962, a mais antiga das Organizações Não Governamentais brasileiras.

O PTA esteve na FASE até maio de 1990. Entre o período de 1983 e 1990 a evolução do projeto se deu dentro e fora da FASE. Com uma grande autonomia na ONG matriz houve a possibilidade de montar outras equipes em diversos estados. Além disso, criaram-se equipes de Tecnologias Alternativas em outras ONGs e também em diversas localidades do país. Este coletivo ficou conhecido como Rede PTA. Os grupos de campo vinculados ao PTA – FASE foram abandonando a ONG matriz e criando suas respectivas ONGs locais.

Considerando-se que educação não é apenas o que é passado no âmbito escolar e sim toda a gama de informações que um indivíduo pode receber no meio social, o PTA tem a Educação Ambiental como prática de trabalho já que a sua especialidade é difundir as técnicas agroecológicas de baixo custo para pequenos agricultores familiares.

As informações de relevância para o pequeno produtor não são passadas normalmente em uma sala de aula, mas nada impede que se faça isso vez ou outra. Porém, a prática de assessorar é feita prioritariamente no campo de trabalho dos agricultores: nos roçados, pomares etc

A equipe de coordenação nacional e as equipes regionais elaboram em conjunto uma Ong nacional. Com esse breve histórico iniciamos nossa interpretação de como vem se dando a Educação Ambiental dentro da agricultura familiar no Brasil e mais precisamente, na área urbana da região do Grande Rio de Janeiro. É bom deixar claro que esta monografia não pretende estudar a instituição AS – PTA e sim tomá – lá como um dos referenciais para a agricultura familiar ecológica urbana no Rio de Janeiro. Os projetos desenvolvidos pela AS-PTA são voltados para o interesse comunitário, para isso é necessária parcerias, no bairro Cantagalo ela trabalha com a Igreja Metodista, já no bairro Vilar Carioca ela atua com a Igreja Católica.

Acredito que essa dinâmica de parcerias com estruturas religiosas locais favorece os projetos comunitários. Certamente há um esquema social bem estruturado que além de respaldar as atividades dos projetos, propicia uma mobilização na localidade onde se desenvolvem as tarefas, ou seja, a Ong utiliza a organização já existente para implementar o seu trabalho. Nota-se aqui uma influência da Teologia da Libertação⁵.

Os projetos da Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa são baseados nos conceitos de agricultura familiar e na agroecologia. O objetivo é organizar as pessoas em torno de uma meta: melhorar o bairro. Porém dentro dessa meta há um pensamento que se torna prática no cotidiano. Pensar global, agir local. As discussões sobre cidadania fluem normalmente. Claro que há inúmeras dificuldades, como por exemplo, uma situação ocorrida na localidade de Vilar Carioca: houve a necessidade de derrubar um muro, pertencente à paróquia para ampliação da horta, o padre tinha que autorizar e demorou alguns meses.

Para uma melhor observação trago á tona alguns princípios metodológicos que norteiam as atividades no trabalho da AS-P.T.A., em Campo Grande:

- Valorização das experiências locais;
- Participação da comunidade em todo o processo;
- Valorização dos moradores como sujeitos para a transformação social;

⁵ Teologia da Libertação: surgiu na América Latina devido às conseqüências das mudanças introduzidas na Igreja pelo Concílio Vaticano II (1962). As Conferências Episcopais de Medellín, na Colômbia (1968), e Puebla (México, 1979), consagraram a 'opção preferencial pelos pobres', da Igreja latino-americana. Esta teologia ficou mais ligada às comunidades eclesiais de base, comprometidas com as lutas sociais e que foram envolvendo cada vez mais na luta política, em um momento em que a região estava dominada por ditaduras militares e conflitos guerrilheiros.

- Respeito à cultura local;

Faz – se necessário antes pontuarmos algumas considerações sobre o tema aqui estudado.

2.1 – As causas da crise da agricultura familiar.

Historicamente, o espaço rural brasileiro foi sempre subordinado aos interesses dos grandes proprietários que faziam da exploração extensiva das terras e da exploração intensiva da mão – de – obra, a base do seu processo de acumulação de riquezas. Esta elite foi obrigada a se modernizar nos anos 60 e 70 sob o estímulo dos governos militares, créditos elevados subsidiados e atrelados ao uso de insumos químicos (fertilizantes, pesticidas, herbicidas, etc).

Este processo criou um imenso mercado para as indústrias de insumos, a maioria delas multinacionais. O que se chamou de modernização dolorosa da agricultura brasileira não prejudicou tanto a elite rural, mas, sobretudo, os agricultores familiares e os assalariados agrícolas. Os tradicionais sistemas de exploração agrícola, fundamentados em parcerias entre grandes proprietários e famílias de agricultores sem terra, moradores nas grandes propriedades foram substituídos por grandes explorações contínuas de monoculturas mecanizadas.

As atividades agrícolas que não podiam ser mecanizadas, como as colheitas de alguns cultivos, passaram a ser executadas por assalariados temporários, popularmente chamados de “bóias frias”, que ainda trabalham sem nenhum direito trabalhista reconhecido pelos proprietários. Um enorme processo de migração retirou famílias que viviam nas grandes propriedades levando-as para as ruas das cidades interioranas onde, permaneciam na dependência dos “gatos”⁶ para serem empregados precariamente durante um determinado período do ano agrícola, ou para as grandes cidades em busca de fontes de renda não agrícola.

⁶ “gatos”: expressão popular que nomeia os agenciadores que ‘contratam’ os trabalhadores ‘bóia-frias’ para os latifundiários.

Os pequenos proprietários também sofreram neste processo. A fome de terras “criada pelo crédito subsidiado dirigido aos latifundiários levou-os a pressionar os agricultores familiares por meio de falcatruas “legais” ou simplesmente por meio de violência, ocasionando uma concentração ainda mais brutal da propriedade das terras no país.

A modernização dolorosa provocou a migração de cerca de 40 milhões de pessoas no espaço de 40 anos. Neste tempo, a proporção entre a população urbana e a rural foi alterada radicalmente; de uma maioria rural passou para menos de 20% em 2000. Certamente devemos levar em consideração que o IBGE contabiliza como urbano todo assalariado agrícola ou pequeno produtor familiar que reside em vilarejos de mais de 10.000 habitantes. Se usarmos a definição atual em quase todo mundo em lugar daquela do IBGE, teremos um acréscimo de 60%. Em ambas situações se mostra a necessidade de investimento no interior do país.

O chamado milagre econômico brasileiro, na década de 70, possibilitou a absorção desse contingente expulso do meio rural, com o crescimento da indústria, de serviços e do setor imobiliário. Claro que as condições de vida eram precárias devido à baixa remuneração do seu trabalho. Houve um inchaço e a prolongada crise dos anos 80 obrigou os migrantes, antigos e recentes, a se somarem ao contingente de desempregados ou subempregados. A modernização dos serviços e da indústria nos anos 90 é um fortalecimento deste fenômeno.

A crise de agricultura familiar tem varias origens, como já visto anteriormente. A dívida social com os rurais é uma delas. Outras seriam a histórica marginalização dos pequenos produtores, confinados às piores terras e aos ecossistemas mais fragilizados e instáveis; a insuficiência de terras; a subordinação ao mercado. Entretanto, a mais importante para os especialistas é a ausência de uma alternativa tecnológica adequada e sustentável.

Há duas situações extremas para os agricultores familiares: aqueles sem posses de recursos próprios e sem acesso ao crédito que empregam tecnologias tradicionais com baixa produtividade e que, nas condições de insuficiência de terras tendem a degradar o

meio ambiente e esgotar os recursos naturais; aqueles, mais abastados, que desejam aplicar as tecnologias dos grandes (a agroquímica) nos seus roçados, sonhando com os mesmos lucros, mas que acabam submetidos aos mesmos problemas enfrentados pelos grandes produtores (endividamento, desgaste dos recursos naturais, poluição ambiental etc).

Poucos no meio acadêmico e fora dele questionam este fator maior que provoca esta crise que é a insustentabilidade da própria tecnologia escolhida como única opção para a agricultura. Não se divulga que existe uma tecnologia alternativa à agroindústria: a chamada agricultura ecológica ou agroecologia.

Deve-se levar em consideração que os sistemas agroecológicos até podem ser mecanizados, mas em pequenas quantidades e condições específicas, e ainda que eles não se ajustam às grandes explorações, porque trabalham com as características específicas de cada local e não utilizam procedimentos padronizados normalmente vistos nas grandes propriedades. Além do mais, esse ramo agrícola é o que mais emprega, mais até do que a própria agroindústria, porque usa maior número de mão-de-obra e tem lucro considerável, apesar de não receber o apoio necessário. São por esses motivos que a agroecologia se ajusta perfeitamente à agricultura familiar.

III – O GRANDE NEGÓCIO

Em agosto de 2002^o até então candidato a presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou em palestra num auditório em São Paulo. Que no seu governo investiria na Agricultura familiar. No dia seguinte a essa afirmação, ouvi uma crítica feroz de um locutor de rádio num debate. Ele dizia que o candidato estava falando uma besteira, porque estava comprovado, segundo ele, que a agricultura que dá lucro é a mecanizada e em grande escala. Todavia, esse juízo não é necessariamente verdade.

Quando a agricultura familiar é pesquisada, ela se revela viável e lucrativa. Tanto é lucrativa que muitos recém-formados em Agronomia conseguem emprego como vendedores de agrotóxicos, e um mercado considerável é o dos “pequenos” compradores. É uma pena que esses agrônomos não consigam emprego na sua área e tenham que se sujeitar ao subemprego⁷. Esse fenômeno acontece porque nunca houve uma política de criação de empregos no interior do Brasil, além das comissões serem boas.

A existência desse nicho de mercado contribui para a descaracterização da agricultura familiar. Na sua origem, ela trabalhava com materiais como fumo de rolo e outras substâncias orgânicas inofensivas aos seres humanos, porém eficazes no combate as pragas.

É necessário compreender a relação que alimenta esse nicho de mercado. Quando se aproxima a época da formatura das universidades, é afixado um número acentuado de cartazes nas faculdades de Agronomia. O jovem recém saído da faculdade sem experiência no mercado de trabalho é uma ótima aquisição para a empresa. Ele acaba se tornando um vendedor bem sucedido por causa dos seus conhecimentos técnicos. Imaginemos um pequeno agricultor sendo abordado por um jovem engenheiro agrônomo cheio de argumentos e ávido por uma comissão. Não deixa de ser uma relação educacional que por si só merece um estudo, mas que foge aos nossos objetivos precípuos.

⁷ Entendendo como subemprego o que está abaixo da qualificação de um profissional.

O paradigma atual de desenvolvimento agrícola do Brasil é tido por muitos como um sucesso. A produção de grãos (tomada como único indicador deste sucesso por seus defensores) cresceu em 70% na última década, praticamente sem ter aumentado a área plantada o que indica um aumento bastante significativo na produtividade das culturas. Porém estes números impressionantes camuflam uma outra realidade.

Se considerarmos a sustentabilidade econômica desta expansão, perceberemos que há um lastro em fortes subsídios oferecidos pelo estado. Em duas vezes no ano de 1998 e em 2001, os grandes produtores receberam verdadeiras anistias dos bancos públicos. A última anistia ocorreu num momento em que as exportações de grãos tinham alcançado um recorde em volume e valor, garantido a primeira balança comercial positiva brasileira no governo Fernando Henrique Cardoso. Acredito que estas anistias já mostram por si só a fragilidade do sistema

O cultivo em grande escala vem se mostrando altamente prejudicial ao campo, pois na sua prática predatória os grandes proprietários deixam para trás verdadeiros desertos. Vejamos como exemplo, somente nos solos de boa qualidade do Paraná, a produtividade da soja declinou para quase a metade em 20 anos, de 60 para 35 sacas por hectare, devido ao uso irracional dos recursos naturais, o que representa uma perda de 55 milhões de sacas.

Como a aceleração deste processo é maior devido à fragilidade dos ecossistemas, a solução é transformar estas áreas em pastagens de baixo rendimento. Considerando que a disponibilidade de terras vai se exaurindo, há uma fortíssima perspectiva de que em algum momento teremos um território devastado.

Há também a contaminação dos solos e dos recursos hídricos pelo uso indiscriminado de adubos químicos e agrotóxicos. O assoreamento de lagos e rios e os desequilíbrios ambientais causados por desmatamentos por produtos tóxicos mostram perdas econômicas que não são contabilizadas nos custos da produção agrícola, porém sentidos na sociedade como um todo.

Além disso, é importante verificarmos o impacto desse modelo na dieta tradicional dos brasileiros, historicamente baseada em uma rica variedade de alimentos de fácil plantio, onde qualquer pequeno produtor podia ter acesso a técnicas de melhoramento da sua produção.

A base dessa dieta estava em produtos como: arroz, feijão, legumes frutas e hortaliças. Como esses produtos vêm perdendo a vez no processo de modernização da produção, eles acabaram sendo deslocados da dieta. Esta última se empobreceu ao adotar, nos meios urbanos, o modelo de consumo dos países industrializados, baseados nos derivados de trigo, causando uma dieta pobre em legumes e frutas. E ainda podemos acrescentar como custo social do nosso atual modelo agrícola, o êxodo rural e a fome endêmica que atingem em torno de 18 e 52 milhões de brasileiros (dependendo da fonte da informação).

A mais recente tentativa dos especuladores da agricultura brasileira que dominaram essa área de “agronegócio”, foi à introdução dos produtos transgênicos no Brasil. Ainda que a legislação exija a realização de estudos de impacto ambiental destes produtos, mais adiante comentarei essa exigência na questão epistemológica, no momento que vem se evidenciando na companhia anti-transgênicos é uma série de argumentos voltados para a saúde dos seres humanos.

A exigência de estudos mais aprofundados sobre o impacto que esses produtos causarão a saúde das pessoas é o lastro onde se baseia a campanha anti-transgênicos. Entretanto, praticamente inexistente na mídia uma discussão aprofundada acerca dos males que esse programa agrícola vai causar á agricultura familiar e ainda sobre a concentração de renda que isso vai gerar⁸.

Não se trata de uma luta do bem contra o mal, e sim de visões diferentes de mundo. Até agora abordei somente uma que concebe o poder econômico se concentrando cada vez mais nas mãos das grandes empresas internacionais e dos grandes plantadores.

⁸ Certamente por causa do forte cientificismo existente na sociedade industrializada. Então quando se comprovar que, à primeira vista, essas mercadorias servem para o consumo humano, elas estarão liberadas

Se for possível aprender alguma coisa com experiências do passado então é necessário estudarmos o exemplo na luta contra os agrotóxicos no Brasil. É importante, pois, aliar as táticas de pesquisas científicas às utilizadas com mais frequência para impedir o uso dos agrotóxicos. O jornalismo investigativo sem dúvida poderia ter denunciado o plantio clandestino dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) no sul do país, em 2002. Por outro, divulgado as tecnologias alternativas na agricultura familiar, não só para que elas se transformem em mais lucrativas do que são, porque já são significativamente lucrativas, mas também para os pequenos e médios agricultores aprendam que uma boa qualidade de vida pressupõe um meio ambiente preservado de agressões.

É de extrema importância desfazer um mito referente à agricultura familiar e ecológica. Um dos conceitos mais difundidos erroneamente é o de que a agricultura familiar não precisa de tecnologia, é só plantar e esperar. Essa é uma visão romântica. Para que essa forma de plantio seja rentável é preciso que haja pesquisas e, claro, subsídios. Obviamente a margem estimada de rentabilidade continua sendo boa, porque as tecnologias alternativas são baratas. Assim, o que o plantador tem de ter é sustentação teórica e financeira. Se assim ocorresse, esses investimentos seriam bem menores do que a agroindústria tem recebido e mesmo que as quantias se aproximassem, o país ainda estaria ganhando. Sem falar que a renda por hectare na agricultura familiar, bem orientada, é muito superior a agroindústria e que a agroecologia, mais especificamente, responde também pela demanda que tende a crescer cada vez mais, desfazendo um outro preconceito: o de que essa forma de plantar não serve para a exportação.

IV – A FACE OCULTA DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA (OU A NOVA FACE?)

O sistema capitalista vem causando prejuízos aos trabalhadores agrícolas no Brasil há muito tempo, por isso acredito ser necessário descrever uma das piores faces desse sistema perverso.

Atualmente se fala muito em transgênicos, porém não podemos esquecer também o mau que os agrotóxicos fizeram e continuam fazendo. A indústria de agrotóxicos no Brasil é tão forte que, no governo do General João Figueiredo, houve um Ministro da Agricultura que ficou conhecido como Ministro da BAYER: Nestor Jost.

Segundo Pinheiro (1998), existe uma manipulação dos dados referentes à contaminação por agrotóxicos no Brasil e em todo terceiro mundo. Há uma estrutura de poder organizacional que participa politicamente dentro e à margem da lei. Ainda se morre muito de intoxicações por agrotóxicos, sem falar que não são especificados os número de indivíduos que convivem e morrem com alguma doença decorrente dessa contaminação. A estrutura de poder que possibilita tal manipulação de dados resulta do que Pinheiro denomina de "Máfia dos Agrotóxicos". É importante lembrar que estas substâncias utilizadas nas plantações para supostamente proteger a qualidade dos produtos, são historicamente herdeiras das pesquisas de armas químicas da 2ª Guerra mundial. E mesmo hoje a mesma indústria (a indústria química) é responsável pela produção tanto de armas químicas como de agrotóxicos.

A título de exemplo podemos apresentar a seguinte situação. No final do governo Sarney houve um confronto de latifundiários com participantes do MST (Movimento dos Sem Terra), no Município de Herval Seco (RS). Os fazendeiros contrataram uma empresa de aviação agrícola que pulverizou um inseticida de poder devastador no acampamento dos Sem Terra. O resultado foi 8 crianças mortas.

Nesse capítulo não há a intenção de aprofundar o medo da população em relação aos "defensivos agrícolas" com fundamentos científicistas ou sensacionalistas, mas não é

possível deixar de comentar algumas situações onde o trabalhador rural e o pequeno proprietário de terras foi prejudicado pela ânsia do lucro do capital internacional.

Certamente o manuseio de substâncias tão nocivas aos seres humanos, porém muito lucrativas ao capital de empresas tão importantes no cenário mundial, não é tratado como deveria. Algumas multinacionais até possuem cursos para que os 'pobres coitados' das pequenas propriedades aprendam a trabalhar com tais materiais. Ensinam cuidados básicos que, segundo os especialistas, conservam a qualidade de vida.

“E dizem que os acidentes acontecem porque o produtor não segue as recomendações dos fabricantes: aplicar contra o vento, usar o Equipamento de Proteção Individual, EPI, não fumar, não beber, não cagar, não respirar, manter longe das crianças e animais, de córregos, de plantas... Uma grande farsa. Uma grande hipocrisia. Veneno é coisa para Ph.D.- alguns são piores que radioatividade. E os EPI? Um prêmio para quem encontrou neste país – a não ser em desenho nas propagandas oficiais ou da Andef⁹ – um produtor, ilustrado pelo Equipamento de Proteção Individual”. (LUZ, 1998, p.11)

↳ não está na bibliografia

A mídia favorável aos defensivos agrícolas utilizou uma série de argumentos falhos para que fosse construída uma cultura de consumo de seus produtos.

Já existiam agrotóxicos no Brasil antes de 1964, contudo a expansão do mercado se deu realmente nas décadas de 60 e 70, como foi dito anteriormente, com uma grande ajuda dos governos militares. Mas para que houvesse a aceitação dos consumidores era necessário mostrar a importância do produto para o meio rural. Os pequenos produtores e também os grandes foram ensinados a usar agrotóxicos em suas propriedades com uma série de argumentos falhos. Porém, foram tão massificados, que viraram verdade no mercado agrícola.

São esses os argumentos dos fabricantes de agrotóxicos.

- Os agrotóxicos bem utilizados são inofensivos;
- Os agrotóxicos defendem a produção agrícola das pragas evitando o desperdício.

⁹ Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas, instituição surgida para fazer lobby dos produtos da sua indústria. Hoje oficialmente essa Associação não existe, no entanto há quem diga que ainda é possível encontrar representantes dessa entidade nos gabinetes de Brasília.

- Evitando o desperdício, podemos acabar com a fome no mundo.

Podemos fazer as seguintes reflexões destes pontos.

Em primeiro lugar se os agrotóxicos são inofensivos, como se explica um índice considerável de trabalhadores que manuseiam essas matérias que desenvolveram nas últimas décadas uma série de doenças?

Os grandes fabricantes desses produtos veicularam durante muitos anos que a idéia de que os agrotóxicos fazem mal a saúde era um mito, vindo do medo que as pessoas tem do novo. Dessa forma houve um investimento pesado na mídia a favor dos defensivos agrícolas, não só providenciando anúncios nas revistas e jornais mais caros, como também através de matérias pagas. Segundo Pinheiro, esse investimento não tinha como objetivo principal convencer aos compradores e sim a aceitação de uma idéia. Este setor tecnológico¹⁰ movimenta ainda hoje cerca de US\$ 5 bilhões por ano em nosso território. É muito mais importante que a mensagem chegue aos gabinetes acarpetados da capital do país do que nas casas dos agricultores.

O sistema capitalista consegue, por meio de uma série de artimanhas, criar em determinados grupos da sociedade a dependência de certos produtos ou serviços. E foi o que aconteceu no meio rural a respeito dos defensivos agrícolas. Não houve provas de que os agrotóxicos são inofensivos, mas construíram um pensamento nas pessoas que são um mal necessário. Se soubermos manejá-los adequadamente, poderemos ter muitos dividendos e não sabendo poderemos ter danos na saúde. Como se fosse uma faca: podemos cortar legumes e carnes para fazer nossa comida ou podemos usá-la para ferir ou até matar outra pessoa ou até nos mesmos

Nota-se que o exemplo acima trabalha com uma situação no nível individual, porém é assim mesmo que é tratada a questão da contaminação: como sendo casos individuais, isolados do contexto, exceções à regra. No entanto, na medida em que o interesse discutido aqui é coletivo creio que, por um lado, as conseqüências dizem respeito

¹⁰ A tecnologia dos agrotóxicos ainda sobrevive no Brasil, porque historicamente não só em nosso país, mas em toda América Latina, nós sempre recebemos tecnologias obsoletas dos países industrializados, mas ainda eficazes. Há quem diga que a tecnologia dos transgênicos ainda não entrou no Brasil porque encontrou resistência nos interesses das multinacionais fabricantes dos agrotóxicos.

a toda sociedade e, por outro, que o tema dos agrotóxicos deveria ser abordado e compreendido como relativo a toda sociedade, pois afeta a saúde das pessoas e também o meio-ambiente. (anexo 1)

Em segundo lugar, até que ponto afirmação de que os agrotóxicos defendem as lavouras das pragas possui alguma verdade? Se formos ver como a agricultura tradicional é apresentada graças ao lobby poderoso da indústria produtora desses venenos, a nossa tendência é concordarmos com a afirmação feita. Entretanto, a medida que paramos para pensar verificamos que existem algumas contradições. Vamos supor que haja uma defesa. Porém o quanto essa defesa não é uma agressão? No momento em que um determinado grupo de insetos é exposto a pior substância que seja, um certo número de insetos sobrevive, preparando assim uma nova geração mais resistente. Na maioria das vezes são prejudicadas também espécies inofensivas à plantação e que podem trazer benefícios diretos a natureza, como é o caso das borboletas e abelhas. Com o tempo, é necessária a verificação da resistência dos insetos, pois se ela tiver sido aumentada, torna-se preciso a intensificação das dosagens dos produtos e/ou as empresas fazem outras fórmulas mais devastadoras.

No terceiro e último lugar temos o argumento que segundo o qual acabando com o desperdício, podemos acabar com a fome no mundo. Não é preciso ser um cientista político para reconhecer as falhas desse discurso, porque a fome no nosso planeta acha-se ligada à concentração de renda. O melhor exemplo é sem dúvida a concentração de recursos em certas áreas da cidade do Rio de Janeiro, que se contrapõem a bolsões de miséria, onde a população se sujeita a condições subhumanas de existência.. Certamente as resoluções tomadas nos escritórios das transacionais não objetivam melhorar a vida dos pobres. Nos investimentos feitos na agricultura industrial, os investidores jamais pensaram, ou pensarão, nos excluídos, pois sua exclusiva preocupação é mostrar novos lucros aos acionistas.

Esses tipos de argumentos, que são tão batidos e rebatidos, fazem parte de uma tentativa de convencer aos consumidores sobre a importância do uso desses produtos pela sociedade. Considerando que ela não costuma reagir a argumentações científicas, temos aí um embate. Os capitalistas de mercado acreditam que haverá resistências, mas elas serão vencidas com o tempo, certamente as próximas gerações estarão mais afeitas às

mudanças. Por isso que os argumentos outrora usados para defender aos agrotóxicos, agora defendem também aos transgênicos. Este é um projeto que começou há algum tempo, já na década de 80 do século passado havia, no Brasil, uma preocupação no meio científico sobre o assunto.

“Desde 1986, quando o então senador Marco Marciel apresentou um anteprojeto no Congresso, nós – o pessoal da Embrapa, da Fiocruz e eu na época do Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia- estivemos envolvidos nessa legislação. Quando montamos a estrutura legal estávamos preocupados em dotar o país de uma estrutura que pudesse ser racional, agir, não burocratizada, capaz de cumprir sua finalidade.” (Trecho do Dossiê “Transgênicos” da Revista História, Ciência, 2000, p. 48)

↳ não consta da bibliografia.

Os produtores dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) fazem uso dos argumentos dos fabricantes de agrotóxicos e, além disto, tentam colocar a tecnologia dos defensivos agrícola como obsoleta e maléfica ao ser humano. Apesar disso, o projeto elaborado para os transgênicos pode ser ainda mais desumano. Não se trata de escolher, dentre os dois, qual seria o melhor projeto para a agricultura e sim de entender que ambas fazem parte de um mesmo pensamento econômico para a área rural.

Se nos países desenvolvidos o debate fica restrito à saúde, ao caráter científico e aos riscos para o meio ambiente, aqui no Brasil e em outros países com altos índices de desigualdades sociais deve se acrescentar mais um item. A concentração de renda, que tende a se intensificar.

Como Ivete Tonin, em entrevista ao jornal do MST (maio de 2003) afirma:

“O principal motivo que afeta nossa soberania alimentar é o fato da formação de monopólios. Quem domina essa tecnologia são as grandes transnacionais. E nós, trabalhadores rurais, ficaremos à mercê dessas empresas [...] Nós, pequenos produtores e trabalhadores rurais, se nada mudar, teremos que comprar todas as sementes dessas grandes transnacionais. Do contrário, não haverá como produzir. Além das sementes, haverá a necessidade de comprar todo o pacote de insumos, porque essas sementes só se desenvolvem a medida que é usado o agrotóxico Roundup, da própria Monsanto. Esse modelo tecnológico das grandes empresas não respeita ninguém.”

Se antes a agricultura brasileira tinha alguma autonomia, o sistema agrícola que a elite está implantando subordina a nossa economia e a agricultura ao capital internacional. Isto significa que, hipoteticamente, os Bancos, em última instância, poderão ser os donos

de toda a comida produzida no mundo dentro de um período de algumas décadas. Assim, resistir aos transgênicos, no Brasil, é resistir a um símbolo do padrão tecnológico de um modelo agrícola e econômico que está em curso.

Outro aspecto que se acha presente na argumentação é a idéia que vem do medo de que a população do planeta aumente, o que acarretaria o crescimento desproporcional da população pobre em relação à produção de recursos energéticos.

Essa idéia baseia-se na teoria de Thomas R. Malthus que, em 1793, publicou um dos livros mais famosos naquela época: *An Essay on the Principle of Population*. O livro foi escrito em parte como resposta a um outro escrito por Wilham Godwin: *Enquiry Concerning Political Justice*, 1793. Godwin afirmou que todos os governos eram o mal, pois, por melhor que fosse bem intencionado o indivíduo, ele seria corrompido assim que chegasse ao poder. Malthus desejava combater as idéias de Godwin, que tentou provar que um grande progresso da humanidade era impossível – todos deveriam se contentar com o que havia e não tentar uma revolução como a da França.

Para Malthus as causas profundas da miséria humana estavam no crescimento populacional. Ele relaciona o crescimento populacional ao aumento da produção de alimentos, explicando que o primeiro progredia em uma razão geométrica e o segundo em progressão aritmética. Com o tempo as conseqüências seriam terríveis. Tudo indica que nem que se passe mais três séculos, a ameaça poderá se cumprir (PINHEIRO, 1998, p. 25)

É de extrema importância acrescentar, apesar desta pesquisa não abordar diretamente o tema, ainda há teorias malthusianas disfarçadas de ecológicas (BOOKCIN, 2000), como é o caso dos neo-malthusianos. Para eles, os males ambientais são causados na sua maioria pela superpopulação. Se prestarmos atenção, perceberemos nas entrelinhas que esse medo, na verdade, é na verdade que a *população pobre* cresça de maneira assustadora. Não se fala em controle de natalidade nas classes abastadas. Os neo-malthusianos não discutem a distribuição de renda relacionada com o controle da informação. Eles conhecem as atrocidades ambientais cometidas pelas grandes corporações em nome do lucro, mas preferem dar a maior parcela de créditos dos danos à natureza ao crescimento da pobreza.

Não que o problema populacional mundial não seja grave. Em 1990, 51% da população do mundo tinham menos de 25 anos, segundo a ONU. Ou seja, somos um planeta com 2,7 bilhões de jovens, todos querendo emprego, melhor qualidade de vida e naturalmente, filhos. Até quando o planeta conseguirá suportar a demanda? Mas quem sabe quanto de população o planeta pode suportar? O problema não está só na quantidade de indivíduos, mas na forma que esse indivíduo vem tratando o ambiente onde ele vive. Por exemplo, uma pessoa vivendo em 20 mil hectares no meio da floresta Amazônia pode causar mais danos com o uso do fogo e motosserra, que 2000 pessoas com consciência ecológica morando num edifício do Rio de Janeiro.

Ricos e pobres devem a sua cota de responsabilidade, a fim de se evitar o esgotamento do planeta. Não basta só exigir dos pobres o controle populacional. É preciso exigir também dos ricos uma melhor distribuição de renda e um modelo de desenvolvimento menos predatório. O problema é que são os ricos quem fazem as regras, sustentando organismos internacionais como a ONU, dominam os grandes meios de comunicação mundiais.

Não é por um acaso que as explosões demográficas acontecem em países pobres, porque a esses povos não é dada a oportunidade de acesso a métodos anticoncepcionais e à educação para o planejamento familiar.

Não há dúvidas de que combater a miséria é combater a fome. Só que é preciso saber quais políticas devem aplicadas nessa empreitada. O neoliberalismo vem investindo em formas veladas de controle populacional, porque é um sistema essencialmente excludente que teme encontrar dificuldades nos enormes grupos de excluídos.

Meu objetivo em comentar as novas teorias malthusianas vem do pensamento de que elas fortalecem a uma classe dominante, pois o medo da fome causada pela superpopulação ajudou a enriquecer a indústria dos agrotóxicos, e agora acredita-se que poderá enriquecer ainda mais a indústria dos transgênicos.

Na realização desta pesquisa neste assunto, parti do pressuposto de que *não é a superpopulação que causa a fome e, sim, a fome que é a causa da superpopulação*, conforme já explicava Josué de Castro, em seu livro já clássico *Geografia da Fome*. (CASTRO, 1947.)

V – AS TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS ENSINADAS COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS COMUNIDADES

Na oposição dessa visão de agricultura voltada unicamente para a grande rentabilidade surgiram várias técnicas como, por exemplo, a agrofloresta. O primeiro lugar onde pude ver na prática a agricultura ecológica foi na fazenda do Bairro Cantagalo denominada de Centro Ecológico Metodista Ana Gonzaga (CEMAG), de 300 hectares onde se desenvolve um projeto agroflorestral.

Sistemas florestais são formas de manejo da terra nos quais arbustos ou árvores são utilizados em associações com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área de maneira simultânea ou numa seqüência temporal. Elas mesclam o resgate de técnicas desenvolvidas por povos chamados, por muitos, de primitivos como é o caso dos índios Caiapós, a partir de pesquisas baseadas nos conceitos desenvolvidos pela Ecologia.

Na Amazônia, os índios, ribeirinhos e os seringueiros sempre conviveram com as florestas tirando delas grande parte do que eles precisavam para viver. Suas roças eram instaladas nas florestas ou em capoeiras velhas, geralmente na forma de pequenas clareiras.

A agrofloresta representa uma saída promissora para os pequenos agricultores e para a natureza, na medida em que permite retornos econômicos mais estáveis através de investimentos mínimos de recursos e de mão-de-obra, e ainda abre a possibilidade de uma conservação dos solos, de rios e florestas de uma determinada região. Acredita-se que a Amazônia tenha uma vocação para esse tipo de agricultura.

Os sistemas agroflorestais, numa ampla visão, têm como princípios:

- reflorestar o planeta;
- trabalhar com a natureza e não contra ela;
- mudar o ambiente o mínimo possível para o máximo efeito possível;
- cooperativismo;

- criar sistemas que sejam ecologicamente corretos, economicamente viáveis e socialmente justos, os quais forneçam suas próprias necessidades, não poluam, não destruam e assim sejam auto-sustentáveis e duradouros;

- perceber as muitas formas de funcionamento que os elementos têm num sistema. O único limite está na nossa própria criatividade;

Considerando as características descritas acima, acredito ser importante estudarmos como é desenvolvido o trabalho de Educação Ambiental no bairro de Cantagalo. Para tanto é preciso entender como é a estrutura administrativa do CEMAG. Ele não tem registro de pessoa jurídica e faz parte de um complexo que pertence ao Instituto Ana Gonzaga, onde se localiza o centro administrativo, o orfanato e o asilo distantes uns 2km com uma área plantada entre hortaliças, plantas medicinais e árvores frutíferas de aproximadamente 3000 metros² dos 300 hectares da fazenda. É estrema importância? lembremos que a maior parte da fazenda é dedicada ao reflorestamento da região.

Podemos encontrar nesse universo, aparentemente desorganizado, uma variedade de plantas, porque os sistemas agroflorestais têm como metodologia o trabalho com a *biodiversidade*, que consiste em não concentrar uma só cultura num local, diversificando o máximo possível.

Certa vez, presenciei um agrônomo dando uma ótima explicação a uma turma da 8ª. série que visitava o CEMAG, a respeito de como a biodiversidade funciona protegendo a plantação. O agrônomo fez com que os alunos imaginassem que eram bichinhos, insetos que vivem na floresta e que, de repente, se viam diante de muita comida gostosa. Claro que cada um comeria esse banquete e, provavelmente, ainda chamaria os amigos; porém, se há biodiversidade, o inseto pode comer uma ou outra folha, mas não vai causar grandes prejuízos.

Esta diversidade tem outra vantagem, de tipo comercial. Um agricultor agroecológico nunca depende somente de um produto para obter sua renda, escapando, assim, das oscilações de mercado que permanentemente põem em risco os agricultores convencionais especializados.

Quando tive a oportunidade de conhecer a fazenda do CEMAG, ela já havia iniciado o processo de redefinição administrativa. No início dos trabalhos do Centro Ecológico, ele era gerido por um conselho formado por quem nele trabalhasse, estagiários, moradores, educadores etc. Nessa instância não havia hierarquia e os critérios para participação no conselho eram o envolvimento e a assiduidade do indivíduo nos projetos desenvolvidos.

Por essa época a AS-PTA contribuía com a orientação de diversos projetos. Inclusive essa ONG tem até hoje uma proposta de ação muito interessante: ela trabalha com localidades onde já exista uma estrutura religiosa, ou seja, já há uma organização, seja a de igrejas evangélicas, a das pastorais católicas ou a de comunidades harekrishinas. Como houve uma mudança na direção estadual da Igreja Metodista e acreditou-se que era necessário interferir diretamente no espaço CEMAG, o conselho foi dissolvido e colocado um administrador.

Atualmente não é mais desenvolvido mais nenhum projeto com a comunidade. No passado foram plantadas aproximadamente 30.000 mudas com a ajuda dos moradores da localidade, em um período de cinco anos. Por causa dos problemas político-administrativos, os assalariados que não foram demitidos, infelizmente, vivem com os seus pagamentos em atraso. Ainda há no espaço um engenheiro agrônomo contratado pela AS-PTA. E graças a essa parceria se mantém precariamente a relação agropecuária e ecologia.

A divulgação de tecnologias alternativas na agroecologia quase sempre está ligada a ONGs que dificilmente têm seus projetos financiados por instituições governamentais, e quando são, na maioria das vezes, utilizam erroneamente os recursos.

O relato feito acima tem como objetivo demonstrar que não existem políticas públicas para desenvolver tecnologias alternativas. O setor se encontra preso a ações isoladas e sujeito a mudanças de opinião dos organizadores dos projetos. Certamente o CEMAG poderia contribuir para a construção da autonomia da comunidade e acredito que esta foi a intenção dos profissionais durante a década de 90. Na ocasião em que conheci a fazenda, apesar de ela já estar em processo de reestruturação administrativa,

ainda era possível presenciar passeios ecológicos de estudantes que não eram da região e de membros da Igreja Metodista.

Para a maioria das pessoas, a ecologia está ligada ao bom tratamento dispensado às plantinhas e aos animais em extinção em partes longínquas do planeta. Quase sempre as relações são colocadas de uma maneira romântica e distante. Os educadores do CEMAG tentavam nesses encontros tornar a ecologia mais próxima e até mais humana do que a mídia apresenta. Se há um desejo que a Educação Ambiental se popularize, a dinâmica utilizada deve propiciar que os educandos reconheçam que o meio ambiente é tudo que está no mundo, inclusive nós mesmos.

(ver anexo 2)

Há algo na relação do centro ecológico Ana Gonzaga com a comunidade residente no bairro Cantagalo que merece um destaque. Frequentemente pode-se encontrar moradores passeando nas instalações, crianças brincando na trilha que dá acesso à floresta. A Educação Ambiental ainda é possível porque o agrônomo, que vai uma vez por semana ao local, conversa com eles sobre a importância de não se jogar embalagens plásticas na natureza. Claro que esse é um hábito muito forte na sociedade consumista em que vivemos, onde quase tudo é descartável, inclusive o ser humano.

5.1. Agricultura Familiar Ecológica e Urbana na construção da autonomia das comunidades.

Certamente a vida cotidiana é o espaço do sentido da Pedagogia, pois a condição humana passa por ela. Segundo Bookchin, o espaço econômico e humano para melhor desenvolver tais relações é o Município. É a modificação do grupo quase tribal em um corpo político.

Nesse sentido está se desenvolvendo um projeto bastante promissor na região metropolitana do Rio de Janeiro. A política que vem sendo construída nesse projeto tem o sentido de gestão da cidade (*pólis*) e não de Estado; conforme Bookchin, a palavra *pólis* tem sido erroneamente traduzida por Estado. Sem dúvida, a era moderna caracteriza-se pela urbanização, pela degradação do conceito político de *pólis* (corpo político de

cidadãos livres) e pela integração deste conceito ao de *urbe* (conjunto de edifícios, praças, prédios – o fator físico da cidade). Para Bookchin, os dois conceitos (*pólis* e *urbe*) eram bastante distintos em Roma até a época imperial e, curiosamente, tal confusão corresponde ao declínio dessa sociedade.

Com as explicações dadas acima podemos tentar descrever como é trabalhada a agroecologia urbana como Educação Ambiental.

A ciência que embasa toda nossa sociedade industrial, hoje, acha-se fundamentada numa idéia antropocêntrica bastante arraigada no mundo em que vivemos.

"Aos enormes problemas sistêmicos criados por esta ordem social, devemos agregar os criados pela mentalidade que começou a se desenvolver muito antes do nascimento do capitalismo e que foi completamente absorvida por ele. Refiro-me à mentalidade estruturada em termos de hierarquia e domínio, na qual a dominação do homem pelo homem deu origem à concepção de que dominar a natureza fosse o destino e, inclusive, necessidade da humanidade. O fato de o pensamento ecológico começar a difundir a idéia de que esta concepção é perniciosa, certamente é reconfortante. Por outro lado, ainda não se compreendeu claramente como surgiu essa concepção, por que persiste e como pode ser eliminada." (BOOKCHIN, 1991, p. 17)

A referida concepção nos é ensinada nas instituições que têm a incumbência de nos tornar cidadãos: escola, família, igrejas. Quantas vezes ouvimos que Deus nos deu a capacidade de raciocinar? E que por isso fica entendido que somos superiores aos outros seres e podemos modificar o mundo de acordo com as nossas necessidades, sem pensarmos nas especificidades do restante dos habitantes do planeta. Porém, quais serão realmente as 'necessidades' que temos enquanto seres humanos? Devemos refletir sobre estas 'necessidades', pois o desejo de consumir desenfreadamente é construído dentro de nossas mentes porque a sociedade em que sobrevivemos precisa ser justificada, e justificadas também precisam ser todas injustiças sociais. E a ciência não é, nesse mundo em que vivemos, um instrumento de legitimação do consumo?

Dentro dessa perspectiva, a ciência genericamente não leva em conta as características específicas, locais, culturais ou ecológicas, pois ela sempre parte da visão positivista e de técnicas e propostas universais que serviriam para qualquer contexto e em qualquer realidade. Dentro desta perspectiva, todo esse conjunto científico de

conhecimentos sistematizados foi desenvolvido com o desejo de dominar e controlar a natureza para o progresso humano. Inclusive para muitos a palavra progresso é sinônimo ainda hoje de domínio da natureza¹¹ e quanto mais dominar, quanto mais modificar a natureza para nos servir, melhor para nós humanos.

Então faz-se urgente que iniciemos a mudança desse conceito. As pessoas olham a ciência de uma maneira distante, quase mítica. Por isso ela precisa de uma dinâmica diferente para ser (re)conhecida na vivência diária.

Passo, agora, a relatar minha experiência com a Educação Ambiental numa área urbana.

O projeto, como foi dito antes, vem sendo desenvolvido na região Metropolitana do Rio de Janeiro e consiste em elaborar uma rede informal de pequenos agricultores numa zona que é considerada urbana.

Em abril de 2002, um grupo de amigos estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro resolveu pôr em prática os conhecimentos adquiridos. O coletivo que tinha em comum, além da UFRRJ, o interesse pela ecologia, contatou outras pessoas no círculos de afinidades e montou um projeto denominado **Mutirão Agroecológico** (Mutirão das Hortas), especializado em hortas urbanas. O projeto se espalhou por várias localidades como Tijuca, Santa Tereza, Anchieta e Mesquita.

Iniciou-se nessa ocasião um processo de conscientização ambiental. Os mutirões aconteciam em residências, terrenos baldios, comunidades religiosas, escolas e outras instituições.

Uma característica relevante no projeto é que seus idealizadores não se consideram vanguarda, e sim parte do processo. Não há a separação clássica, tão comum na esquerda marxista, entre uma elite pensadora e o povo. Parte-se do princípio de que todos que estão trabalhando no projeto são povo, pouco importa a condição intelectual ou financeira.

¹¹ Fica a questão: a que grupo serve é outra questão.

Como o grupo é bem diversificado, há vários níveis de conhecimento e existe uma preocupação em deixar os diversos saberes fluírem e transitarem no coletivo. É verdade que há uma certa tendência de se depender daqueles que dominam o conhecimento acadêmico, porém a dinâmica do processo anula esta quase personificação. Em primeiro lugar, não há o interesse em trabalhar sobre o carisma de ninguém. Em segundo lugar, como a estrutura é horizontal e qualquer um dos participantes pode interferir no projeto, não é possível centralizar o poder de transformação. Ademais, se o coletivo baseia-se em pesquisas e na democratização das técnicas alternativas de agricultura, não hierarquizando o conhecimento, importa menos a existência de um agrônomo no processo.

O perfil dos participantes é bem eclético, apesar de haver uma predominância de jovens de 17 a 26 anos. Vejamos o exemplo do Pedro Augusto, servidor público, 20 anos, aprovado recentemente ^{em} concurso do Estado do Rio de Janeiro. Ele é morador do bairro de Juscelino, no município de Mesquita, na Baixada Fluminense.

A residência dele é um dos principais pólos dos Mutirões. Quando entrou nas primeiras discussões, não sabia nada de agricultura; hoje, ele é um dos que mais conhecem de plantações: sabe a época de cada planta, o que ajuda no crescimento, o que o prejudica e o que faz mal. O interessante é que com a chegada dele vieram amigos seus do Colégio Pedro II, onde cursou o Ensino Médio, o que demonstra que o crescimento do projeto está estruturado em laços de afinidades.

Certamente, o coletivo não se nega a assessorar uma pessoa que esteja fora do círculo de amizades, porque o objetivo é divulgar ao máximo possível os mutirões e que eles sejam cada vez mais incorporados pelas comunidades onde se instalarem. O problema é que um mutirão desse tipo requer planejamento, manutenção (que pode ser relativamente fácil) e recursos financeiros que, mesmo sendo pouco, tem saído dos próprios participantes. Tudo isso é mais propício de se fazer se for em um grupo de amigos. Há também o fato de haver pouca divulgação, pois, na verdade, a divulgação é feita na base do 'boca-a-boca'.

A princípio, a plantação tem sido para consumo próprio, existe pouco escoamento. O terreno dos fundos da casa do Pedro Augusto é suficiente para abastecer, se ele quisesse, toda semana uma barraca de feira. Existem vários ^{outras} técnicas de revezamento e

pode-se até reservar espaço no roçado e fazer nesse local uma sementeira. Como é o caso da horta de Pedro Augusto.

Já no CEMAG a técnica é outra. Apesar de haver terreno suficiente optou-se por fazer um processo de reciclagem de copos descartáveis desses de guaraná, vendidos em camelôs. A idéia é que a comunidade se envolva recolhendo os copos descartáveis e a partir daí passou-se a discutir as conseqüências que certos produtos trazem ao meio ambiente e aos seres humanos que fazem parte dele.

5.2. A Educação Ambiental acontecendo cotidianamente.

Nesse contexto a Educação Ambiental é propiciada na prática diária. Antes e durante o mutirão é comum conversar com as pessoas que cedem terreno sobre o sentido da ecologia. Às vezes se faz necessário desconstruir algumas visões distorcidas ou até mesmo, preconceitos sobre a questão ambiental.

É normal encontrar um senso comum nessa área e é a partir desse senso comum que começa a desconstrução dele próprio:

- A questão ecológica restringe-se à preservação do ambiente e ao ataque à poluição. É UM ENGANO. O tema abordado deve ser tratado na escola ou em qualquer outra instituição, com discussões em torno de saúde, cultura, saneamento, transporte, educação e outros.
- Defensores do meio ambiente são pessoas radicais e privilegiadas. É UM ERRO PENSAR ASSIM. Defender os direitos de todos é um dever de cidadania e jamais uma questão de privilégio.
- Para haver progresso, é normal algo ser destruído ou poluído. É OUTRO ERRO. Poluição não significa progresso. É, isto sim, sinal de ignorância.
- É um luxo defender animais ameaçados de extinção, enquanto milhões de pessoas passam fome. MAIS UMA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA. São problemas diferentes e ambos devem ser combatidos

Certamente, as questões colocadas em debate na produção e manutenção de um mutirão dizem respeito à sociedade. Como por exemplo, o resgate da cidadania e o entendimento da política do bairro. Isso possibilita uma visão tanto do micro quanto do macro social.

O indivíduo se distancia das questões sociais num processo de alienação muito complexo, forçado por várias instâncias sociais. Desconstruir esse processo também é intenção do projeto aqui discutido.

"É no que se convencionou chamar de 'opinião pública' que se encontra concentração mais preocupante. Bem poucos têm a coragem de lhe fazer oposição. Aquele que não se submete a esta situação é logo chamado de 'extravagante', 'diferente', 'suspeito', fomentador de perturbações no seio do universo estagnado e confortável da vida moderna. Ainda mais do que a autoridade constituída, é sem dúvida a formalidade que oprime o indivíduo. O próprio fato de ele ser 'único', 'diferente' separa-o e torna-o estanho à sua terra natal até mesmo ao seu lar, as vezes mais do que expatriado cujos pontos de vista coincidem geralmente com os dos 'indígenas'.

Para um ser humano sensível, não é suficiente encontrar-se no seu país de para se sentir em casa, apesar do que do que isso pressupõe de tradições, de impressões e de lembranças de infância, tudo coisas que nos são caras. muito mais importante encontrar uma certa atmosfera de poder, de ter consciência de participar com as pessoas e o meio ambiente, para se sentir em casa, quer se trate de relações de vizinhança ou daquelas que se possuem na região mais vasta que se chama vulgarmente o seu país." (GOLDMAN, 1999, p. 24)

É importante observarmos que a Educação Ambiental aqui estudada independe da escola. Nada impede que nela se estruture um mutirão com as características descritas nessa monografia, porém a instituição teria que ser bem mais aberta à comunidade do que normalmente uma escola pública ou mesmo uma particular o é. Não adiantaria muito do ponto de vista ecológico ou mesmo comunitário deste projeto que uma horta fosse estabelecida em uma instituição que tivesse a direção autoritária ou assistencialista.

Perpassa os mutirões o pensamento de que a Educação Ambiental é necessariamente contestadora e havendo condições de se expressar, a contestação pode ter bons resultados com uma maior facilidade.

Quando a Educação Ambiental é bem trabalhada, ela envolve questões políticas, históricas, econômicas. Em Mesquita, por exemplo, está sendo possível discutir desde a emancipação do município e a instalação da VIA LIGHT até as

políticas ambientais geridas pela prefeitura, por exemplo, como vem se colocando o saneamento básico.

No momento, em Mesquita só há uma família trabalhando o projeto mutirão de hortas, mas já há um contato com um grupo de pessoas do bairro interessado em plantar num terreno baldio próximo a casa da família do Pedro Augusto. Espera-se que o contato referido dê bons frutos e que seja possível fazer um resgate da identidade do bairro Juscelino.

5.3 QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA UMA AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA.

A agricultura familiar vive um momento crucial na sua trajetória. Pela primeira vez, encontra como interlocutor um governo comprometido com as demandas da sociedade, entretanto é de se estranhar que o ministro da Agricultura¹² seja reconhecido como um empresário do *agrobusiness*, ou seja, ele é dono de uma vasta extensão de terras voltada para o cultivo onde o único objetivo é o lucro baseado na produção em grande escala, que visa principalmente a exportação. Alguém com um currículo desse, num cargo tão importante não seria sintomático? Talvez as demandas da sociedade com que esse governo se comprometeu sejam outras, afinal de contas o mercado também é, além de controlador, produtor de demandas. Aparentemente a relação que vai se estabelecer com a agricultura é puramente de produção e pouco ecológica, e o meio-ambiente e as questões ecológicas são temas pertencentes ao Mistério do Meio Ambiente. São situações distintas nesse governo.

Acredito que seria ideal que houvesse um entrelaçamento entre os dois ministérios, um grupo inter-misterial pelo menos, para que se pudesse dar um tratamento menos capitalista e mais humano à agricultura. Nas circunstâncias atuais, temo pelo presente e pelo futuro da agricultura familiar.

¹² Roberto Rodrigues Ex – presidente da Associação Nacional de Agricultores: entidade que se demonstrou a favor dos transgênicos.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que viver em sociedade é interagir, procurei mostrar em minha monografia as possibilidades de uma ação comunitária voltada para a ecologia. Levei em conta que nós fazemos parte do meio ambiente e praticamente tudo que realizamos no nosso cotidiano interfere na natureza.

No meu caminho acadêmico tive que rever alguns conceitos sobre ecologia, já que ela tem sido tão banalizada pela mídia. Hoje em dia há um conceito estereotipado do ecologista: aquele sujeito de classe média que não vive para outra coisa que não seja defender o meio ambiente. Ao contrário, garanto, pela minha própria experiência, que o ecologista tem família e, tirando os militantes profissionais financiados por ONGs extremamente duvidosas, a maioria trabalha, estuda e faz da defesa da natureza uma atividade de acordo com as suas possibilidades. Até na escola, que é o objeto de estudo maior de um pesquisador da educação, verificamos que o ecologista é apresentado como um sonhador, um romântico que está fora da realidade.

Certa vez, fiquei sabendo de um debate numa turma de 1ª série do município de Niterói. A educadora conversou com a turma sobre a conservação da natureza, argumentou que quando morre um animal no Pantanal, isso às vezes pode ter uma repercussão maior do que a morte de um ser humano. Contudo, este mito é muito freqüente na educação. Lembro de uma de minhas professoras do primário que utilizou o mesmo pensamento anos atrás, quando conversava com a turma sobre preservação da natureza. Ela fez uma pergunta que, na minha opinião, já tinha uma resposta pronta, ela perguntou para a turma se essa relação era justa. Claro que as crianças que são educadas numa cultura racionalista, numa instituição ainda muito influenciada pelo positivismo e extremamente cartesiana, deram a resposta esperada: o mais importante é o ser humano. Porém, o que a maioria das pessoas não sabe é que a lei permite a morte de animais na floresta em diversas condições: para controlar o crescimento de certas espécies de modo que não prejudiquem as plantações próximas, para a alimentação do morador da região, sem falar do ato de legítima defesa. Essa aparente verdade é um mito: a própria separação da espécie humana da natureza é um equívoco, porque nós somos parte dela.

O que essas duas situações(a agressão à vida humana e a agressão à vida animal) têm em comum? Ambas são situações de crime (quando a morte do animal é considerada crime). O noticiário diário nos mostra que ainda há um outro elemento comum: quando um pobre morre e quando o animal morre, se o agressor tiver muito dinheiro quase sempre passa ileso pela justiça. A questão passa pela impunidade e pelo financeiro .

Concordo que a vida humana é mais importante, porém é tão importante quanto a compreensão de que não podemos viver sozinhos no mundo. Em nossa sociedade há uma tendência em banalizar tudo que é polêmico. A questão dos direitos humanos, por exemplo. Quando queremos educação pública de qualidade, em geral não pensamos que ela é da mesma forma um direito garantido na *Carta de direito Direitos Humanos* da ONU (1945). Sem falar no direito à saúde e à moradia.

Acredito que os meios de comunicação, o hábito das viagens, a ciência a literatura, o comércio, até as guerras tão hediondas quanto nossos governantes podem pensar, aglutinaram e aglutinarão cada vez mais a humanidade na busca de um bem-estar coletivo.

Se nós nos colocamos distantes da natureza, numa postura superior, só reforçaremos a situação atual que faz do homem o maior culpado da devastação do meio ambiente. Isso é como se chamássemos nossos filhos e contássemos a eles que são responsáveis pela destruição do planeta. Esquecendo completamente que o grande culpado é o sistema em que vivemos.

Creio que a Educação Ambiental deve levar em conta tudo que nos dê qualidade de vida na hora de planejar a ação educativa. É importante que se invista no equilíbrio das relações humanas para que comecemos a reverter esse processo. Precisamos de uma dinâmica social mais justa conosco, ao invés de um regime econômico que desmantela a qualidade de vida a cada dia desde o seu surgimento. Acredito que a Educação Ambiental pode ajudar na busca do equilíbrio social que precisamos e que as tecnologias alternativas utilizadas possuem grande importância na desmistificação e democratização da ciência nas camadas populares. E ainda que a associação das tecnologias, que são colocadas como alternativas à tecnologia advinda do capitalismo internacional, a uma instituição que tem muita força no imaginário social brasileiro, a família, resulta numa dinâmica de trabalho muito boa. Inclusive na área urbana onde em determinados momentos assume características específicas.

Desde antes de chegar a universidade já queria fazer algo pela região onde nasci e fui criado. Consegui participar de muita coisa boa na Baixada Fluminense. Certamente fui um agente da história, mas ainda não tinha feito nada acadêmico. Por isso descrevi em um capítulo a ação do mutirão de agricultura ecológica em Mesquita.

É interessante retornar a minha relação acadêmica que considero indissociável ao meu ativismo. Na região de onde venho e principalmente na classe a qual pertence, acredita-se que a educação, ou melhor, que o estudo leva a pessoa a ascender socialmente. Com certeza esse é o principal motivo da proliferação de universidades particulares por todo Rio de Janeiro, porque o contingente de alunos de faculdades privadas é composto em sua maioria por pessoas oriundas das classes menos abastadas que dividem o seu tempo entre o estudo e o trabalho, tentando se qualificar para o famigerado mercado. Suas vidas estão em constante busca de um perfil que agrade ao tão falado mercado e muitos nessa busca se alienam. Acredito que tive sorte em não ter sido contaminado por esse ritmo. Será que foi sorte ou foi a minha formação autodidata e não-racionalista que não me deixou ser pego?

Jamais negarei a trajetória que fiz. É verdade que percorri um caminho pouco ortodoxo na graduação, porém acredito que meu currículo oculto vai ser de valia na minha relação profissional.

Por fim, a ecologia que defendo é contrária a veiculada pela mídia, ela não é romantizada, estereotipada, alienada. Ela é fruto de uma prática cotidiana e nessa prática há reflexão. Não tenho nada contra aos que abraçam árvores, porque quem quiser abraçar que abraçe, mas isto não é o que eu defendo. Para mim toda ação ecológica tem que ser o resultado de uma reflexão, pois do contrário será alienada.

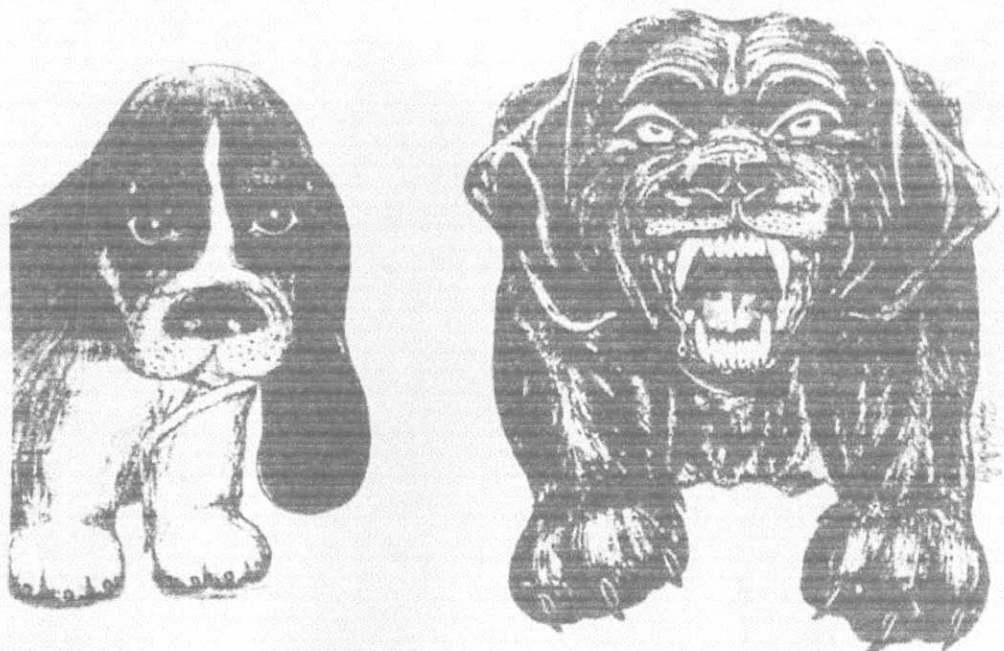
VII – BIBLIOGRAFIA.

- . ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1984. Coleção Polêmicas do nosso tempo.
- . ASSIS, José Chacon de. **Brasil 21: Uma ética para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora CREA-RJ, 2001.
- . BOOKCHIN, Murray. **Sociobiologia ou Ecologia Social**. SP: Sementeira, 1989.
- . _____. Sociedade e ecologia, Utopia. In: **Revista anarquista de cultura e intervenção**. Lisboa, 1998. número 7
- . _____. **Municipalismo Libertário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998.
- . _____. Por uma ecologia social, Utopia. In: **Revista de Expressão Anarquista**. Rio de Janeiro, 1991. Número 4.
- . CAPRA, F. **O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1990.
- . CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação Ambiental & Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: WAK, 2002.
- . CASTRO, José. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- . DIEGUES, Antônio C. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- . FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. S.P.: Loyola, 2001.
- . FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- . _____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Leitura.
- . GOODMAN, Emma. **O indivíduo na sociedade**. RJ: Achiamé, 1999.
- . GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencurt. 5 ed. São Paulo: Papiros, 1995.
- . HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. 10 ed. RJ: Zahar, 1976.
- . LEITE, Sérgio, MEDEIROS, Leonilde Servolo. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. Rio Grande do Sul: URGs.
- . LOUREIRO, C.F. Panorama Histórico e Ideológico da Educação Ambiental. In: **Resumos e textos do seminário**. Educação Ambiental e a nova Ordem Mundial. UFRJ/ GEA, 29 a 31/ 10/ 1996. pp.78-84.
- . MADELEY, John. **O Comércio da Fome**. RJ: Vozes, 2003.
- . MALATESTA, Erico. **A anarquia**. Rio de Janeiro: Editora Imaginário, 2001
- . NEILL, A. S. **Liberdade sem medo**. (Summerhill). Rio de Janeiro. Editora IBRASA, 1968.
- . REIMER, Everett. **A escola está morta**. Rio de Janeiro. RJ – RJ Francisco Alves .
- . ROOSE, R., Parijs (org). **Pensamento Ecológico**. S.P:ABVB, 2003.
Hortas Orgânicas vida, saúde e Ambiente. Centro de Vivência Agroecológica-CEVAE – Prefeitura de Belo Horizonte . MG.
- . PINHEIRO Sebastião. **Cartilha dos Agrotóxicos**. SP-SP: Fundação Juquira Carandiru, 1998.
- . PINHEIRO, Sebastião, NASR, Nasser youssef, LUIZ, Deoclécio.
A Agricultura Ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil. S.P.: Fundação Juquira Carandirú, 1998.

ANEXOS

- 1) Esse **terror da fome** é utilizado para afirmar que os agrotóxicos e os transgênicos vão acabar com a fome no mundo.
- 2) Estudantes de uma escola particular de São João de Meriti em um passeio.

Defensivo Agrícola.



Herói ou Vilão?

O objetivo maior dos defensivos agrícolas é o de colaborar no aumento da produção de alimentos, principalmente em países como o Brasil, onde a carência é muito grande. Ser herói ou vilão é uma consequência que depende de nós mesmos.

Ben utilizados, os defensivos são os maiores aliados dos agricultores e da população para se obter alimentos em quantidade e qualidade. Quando mal utilizados eles prestam um desserviço e tornam-se até perigosos. O treinamento intensivo do uso adequado dos defensivos está sendo levado a todos os agricultores.

O maior amigo do homem, o cachorro, foi o próprio homem quem o educou e o transformou em seu maior aliado. Da mesma forma será com os defensivos. Cabe ao homem usá-lo adequadamente para usufruir de todos os seus benefícios com total segurança.



A DEFESA VEGETAL COM RESPONSABILIDADE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
Escreva-nos:
Rua Capitão Antonio Rosa, 376 - 13° CEP: 01443 - São Paulo



ANEXO 2



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA I**

ALUNO: Wagner Sant'Anna Figueiredo.

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: Agricultura Familiar Ecológica no Rio de Janeiro: Educação Ambiental na prática.

ORIENTADORA: Valéria Cristina Lopes Wilke

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro Avaliador: Professora Convidada

Professora: ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Nota: 9,0 (nove)

Considerações Finais:

A escolha do tema foi muito feliz, pois trata-se de um assunto pouco abordado nas monografias do curso de Pedagogia. A sistematização e organização das ideias estão muito boas, o trabalho está bem fundamentado, apresentando argumentos consistentes. Souto também a trajetória escrita do Wagner, uma trajetória incomum. Creio que em alguns pontos, principalmente, o que relata a educação ambiental precisava um pouco mais de aprofundamento. Mas o trabalho, no todo, está ótimo, por isso atribuo ao aluno nota 9,0 (nove).

Angela Maria Souza Martins

Segundo Avaliador: Professora Orientadora

Professora: VALÉRIA CRISTINA LOPES WILKE

Nota: DEZ (10,0)

Considerações Finais: Creio que o aluno Wagner S. Figueiredo não poderia ter escolhido outro tema para sua monografia de conclusão de curso, uma vez que tem prática sempre esteve ligada aos movimentos alternativos, como o da agricultura familiar ecológica. Com muita felicidade, ele associou

sua prática à reflexão acadêmica e nesta práxis investiu na educação ambiental informal da agricultura familiar urbana, tema pouquíssimo explorado.

O autor Wagner S. Figueiredo analisou seu objeto com dedicação, coerência e fundamentação, o que resultou em um trabalho acadêmico de qualidade. Por isso voto a ele a nota Dez (10,0).

Valina W. B.

Terceiro Avaliador: Professora da disciplina Monografia I

Professora: Lígia Klauha Colli

Nota: 10,0 (dez)

Considerações Finais:

O trabalho apresenta todos os elementos necessários a uma monografia de final de curso.

RESULTADO FINAL

9,0	10,0	10,0	29,0	9,7

Rio de Janeiro, 20/04/2004

Jelly